O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa (CMI), NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 17.452/09/2020, com a disposição do seu REGIMENTO INTERNO, transcreve abaixo a reunião de **Assembleia Geral**, realizada na segunda-feira, **dia 06 de fevereiro de 2023, das 14h30 às 16h** – COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES: Aparecida de Souza Lima** - **Cida Portela** (Presidente); **Romilda Almeida Correia** (Vice-Presidente); **Maria Enaura Vilela Barricelli** (1ª Secretária); **Maria Rosa Lopes Lázaro** (2ª Secretária) e **Antônio Santos Almeida** (Vogal), além dos demais convidados do CMI.

---------------------------------------------

**Ata nº 03 – Ano de 2023**

Na segunda-feira, dia **06 de fevereiro de 2023**, das **14h30 às 16h**, foi realizada a primeira **Assembleia Geral** presencial do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa (CMI), com quórum suficiente, no auditório Prestes Maia, na Câmara Municipal. A reunião marcou o retorno de pelo menos uma atividade presencial ao mês do colegiado, após três anos consecutivos de pandemia.

**PAUTA**

**I - Saudação da Executiva**

**ll - Diferentes Velhices e Políticas Públicas**

**lll - Informes Gerais**

**I - Abertura/Saudação da Executiva**

. A presidente do CMI, **Aparecida de Souza Lima** (**Cida Portela**) deu início à reunião agradecendo a todos (as) pela presença, enfatizando que estava acontecendo a primeira reunião presencial do ano depois de três anos de pandemia, agradecendo a participação de todos os participantes - presenciais e virtuais e, então, passou a palavra para que os outros integrantes da Secretaria Executiva se apresentassem. Na sequência a vice-presidente, **Romilda Correia, representante do Centro,** a 1ª Secretária, **Maria Enaura**, representante da Zona Oeste, a 2ª Secretária, **Maria Rosa Lopes Lázaro**, representante da Zona Norte e o vogal, **Antônio Santos Almeida,** representante da Zona Leste**, se apresentaram, reiterando a importância da reunião ser também presencial e desejando uma boa reunião.**

A presidente, então, pediu a todos os conselheiros presentes - os da sociedade civil por região para que subissem ao palco para se apresentarem. E então solicitou o mesmo aos conselheiros. Representantes de Governo. Foi solicitada também a presença dos membros da equipe administrativa do conselho presentes. Agradecendo a todos pelo empenho, a presidente solicitou que o momento fosse registrado com uma foto.

Dando continuidade à reunião, passou a palavra para a **Enaura** para que desse encaminhamento à pauta da reunião.

Foram chamados para compor a mesa, os convidados que iriam tratar sobre a pauta “Diferentes Velhices e Política Públicas”: **Severina Eudoxia da Silva**, pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED). **Renato Souza Cintra**, Coordenador de Políticas para a Pessoa Idosa na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), **Cássio Rodrigo de Oliveira Silva**, Coordenador de Políticas para LGBTQI, na SMDHC e **Luiza Rabinovici Trotta**, Coordenadora de Políticas para População em Situação de Rua, também na SMDHC.

**II – Diferentes Velhices e Políticas Públicas**

A fala foi passada para o primeiro palestrante, **Cássio Rodrigo de Oliveira Silva**, que desejou uma boa tarde e agradeceu a todos (as) os (as) conselheiros (as) presentes pelo espaço. Afirmou que é importante poder falar da população **LGBTQI 60+**, uma vez que as políticas públicas para esta parcela da população inexistem.

De acordo com **Cássio**, esta parcela da população é também invisibilizada talvez pela questão da orientação sexual ou da própria identidade de gênero, que é autodeclarada e acaba diminuindo essa visibilidade. São altos os índices de violência e o Brasil é considerado o país que mais mata pessoas LGBTs e também é o 1º colocado no ranking de mortes de travestis, mulheres transexuais. Segundo dados apresentados pelo palestrante, a média de vida de uma pessoa trans no Brasil é de 35 anos. **Cássio** comentou que, quando uma pessoa envelhece, em algumas condições, como em uma ILPI, tem que “voltar para o armário”. Isso porque, dificilmente, ela vai encontrar “pares” nesta idade, então, volta para o armário. Falou também sobre os altos índices de solidão entre os homens nesta idade, porque não constituíram família. São altos os índices de depressão entre essa população também e fez um questionamento, “de que forma atuar junto às questões LGBT com essa população? ”. O Coordenador de Políticas para LGBTQIA+ pontuou, ainda, que o Censo de 2022 não incluiu a questão da identidade de gênero e que, por isso, a coordenação tem que trabalhar com estimativas. Hoje, em torno de 12% da população seria formada por pessoas LGBTs. Assim, **Cássio** pediu um olhar atencioso para os desafios que são precisos para pensar políticas para a população 60+ neste segmento e pontuou, “onde tem acolhimento para a população 60+, será que cabe uma pessoa trans? Será que ela não estaria incomodando as outras pessoas? ”. Por fim, encerrou a sua fala dizendo que estava trazendo todos estes aspectos para promover uma reflexão.

A conselheira **Maria Enaura**, dando continuidade ao evento, chamou **Luiza Rabinovici Trotta**, a Coordenadora de Políticas para População em Situação de Rua, para iniciar a sua apresentação.

**Luiza** disse que era um prazer estar com todos (as) ali presentes e que era importante se debruçar pelas diversas políticas da forma mais integrada possível, para poder fazer articulações com as demais secretarias e assim assegurar os direitos da população em situação de rua. **Luiza**, então, apresentou aos presentes um recorte da população em situação na cidade de São Paulo:

- Houve um aumento de 30% na população em situação de rua entre 2019 e 2021.

- A cada 100 pessoas em situação de rua, 3 estão na região de Santana e 40 na região que engloba a subprefeitura da Sé.

- Os outros 60% dessa população está dividida pelas demais regiões da cidade.

De acordo com **Luiza**, a população idosa também se concentra em sua grande maioria na região central. Dados apresentados pela coordenadora indicam que, a cada 10 pessoas em situação de rua [não apenas as idosas], 6 (seis) pessoas estão em situação de calçada, enquanto 4 (quatro) encontram-se acolhidas. Ou seja, a grande maioria da população em situação de rua está em situação de calçada.

Segundo **Luiza**, as causas para a situação verificada envolvem a quantidade de vagas, ou a falta delas, e a disponibilização de vagas com suas especificidades, porque a população em situação de rua é bastante heterogênea. Como exemplo, **Luiza** citou a necessidade de leitos baixos em locais de acolhimento para a população idosa, assim como a dificuldade desta população em procurar por políticas públicas. A coordenadora comentou alguns dados da última pesquisa censitária realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS), com informações sobre a população idosa em situação de rua, na cidade de São Paulo: - No total, são 2.672 pessoas idosas nesta condição, na cidade de São Paulo, sendo 804 em situação de calçada e 1.868 acolhidas. Mencionou o serviço 156, da Prefeitura, por meio do qual é possível ligar para solicitar atendimento a alguma pessoa em situação de rua que esteja passando por alguma dificuldade. Quanto ao atendimento à Pop Rua, Luiza discorreu sobre alguns dos serviços que envolvem, inclusive, a atuação de outras secretarias. É o caso da Assistência Social (SMADS), com serviços de abordagem (SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Especial), de atendimento e de acolhimento (como Centros de Acolhida, mas que não promovem a autonomia dessas pessoas e apresentam dificuldade em ofertar leitos baixos), além dos CRAS, CREAS, Centros de Acolhida Especializados, Núcleos de Atendimento, Economia em Foco, Repúblicas, Hotéis Sociais e ILPIs. No que tange à Saúde, **Luiza** comentou sobre as equipes de Consultório na Rua, sendo necessário tentar verificar, por meio da UBS, a disponibilidade de uma equipe que possa fazer um possível atendimento. Quanto aos serviços da própria SMDHC, **Luiza** mencionou os trabalhos desenvolvidos pelas próprias coordenações, a de LGBTQIA+, a Ouvidoria da SMDHC, que faz todo um trabalho de escuta e encaminhamento, a Divisão de Desaparecidos e a Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua, que conta com uma unidade móvel de atendimento. Com ela é possível fazer a escuta, coleta de informações de violação de Direitos Humanos e encaminhamentos. Além disso, há os projetos Recifran e Reviravolta que tentam promover a capacitação e reinserção social da população em situação de rua. No entanto, a coordenadora enfatizou que a nossa sociedade está muito atrás no quesito Políticas Públicas que assegurem à população em situação de rua os seus direitos. Por fim, discorreu sobre a Lei 17.252, que é de 2019, e estabelece as diretrizes para que os municípios e estados desenvolvam as suas políticas específicas para a Pop Rua e foi regulamentada agora em janeiro. Luiza destacou 2 (dois) pontos pertinentes nesta regulamentação, mencionados em artigos específicos: 1º - Estabelece que os serviços de acolhimento deverão seguir padrões de atendimento de acessibilidade universal, que contemple as mais diversas especificidades da população em situação de rua, incluindo a população idosa. 2º - Pressupõe que sejam estabelecidas estratégias para a garantia do acolhimento, atendendo as diversas especificidades de cada público em situação de rua. **Luiza** encerrou sua fala afirmando que gostaria de ouvir a todos (as) sobre as o que consideram como as especificidades da população idosa deste público.

Após a apresentação da Coordenadora de Políticas para a Pessoa Idosa, **Maria Enaura** passou a palavra para **Severina Eudoxia**, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED).

No início de sua fala, **Severina Eudoxia** afirmou que é de costume, na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, que as pessoas se descrevam para quem tenha algum tipo de deficiência visual possa imaginar como é a pessoa que está falando, passando a fazê-lo. De acordo com **Severina Eudoxia**, todos os públicos contam com uma parcela de pessoas com deficiência. Então, existem pessoas LGBT com deficiência, pessoas em situação de rua com deficiência e idosos com deficiência. **Eudoxia** declarou que o mesmo problema que o **Cássio** afirmou ter com a população LGBT, ela encontra no público de pessoas com deficiência, porque quem tem deficiência também está invisível na sociedade. A representante de governo no CMI aproveitou a ocasião para contar algumas ocorrências verificadas junto às pessoas com deficiência, que chegam na SMPED, e afirmou que não há espaço para os portadores de deficiência idosos na sociedade. **Severina** contou que atua no Conselho da pessoa com deficiência há 8 (oito) anos e, diante das demandas que costuma receber, hoje vivemos com uma Política Pública que precisa ser melhorada. Quando uma pessoa com deficiência precisa de algo, tudo tem que ser judicializado e, imaginando uma pessoa com deficiência que não tem muito conhecimento, acaba não tendo ninguém para ajudá-la. E deixou a provocação: “Pergunta para qualquer adolescente se ele conhece a Constituição Federal. Ele vai responder que não conhece! ”. Neste sentido, afirmou que as Leis precisam ser cumpridas e, no entanto, um problema agravante é que as pessoas não conhecem as Leis.

Após a fala da **Severina Eudoxia**, **Maria Enaura** passou a palavra para **Renato Cintra**, Coordenador de Políticas para a Pessoa Idosa da SMDHC.

**Renato Cintra** iniciou a sua apresentação chamando a atenção para um ponto comum entre as três apresentações anteriores: a questão da invisibilidade em cada segmento relacionado à população idosa da cidade. Em seguida, mostrou algumas características sobre o envelhecimento populacional:

1) O crescimento é rápido e intenso: 1980 os idosos eram 537 mil (6%);

2022 já são 2 milhões de idosos (16%);

2030 serão mais 500 mil idosos.

2) A população idosa em 2024/2025 será maior que a população de 0 a 14 anos na cidade de São Paulo.

3) Há uma alteração na composição familiar com domicílios mais verticalizados.

**Renato Cintra** afirmou que estava mostrando os dados para conhecimento, e que se nada for feito não será por falta de falar, porque os dados estão dispostos. Comentou sobre duas interpretações, uma positiva e uma negativa, da fala de Camarano (2004), que diz, “o idoso não é apenas aquele indivíduo com muita idade, ser idoso o identifica tanto num ponto de vista do ciclo de vida como também no curso da vida social, tais como o trabalho, na família, sexualidade, renda entre outros”. Para ele, quando se fala em idoso, a interpretação negativa traz uma perspectiva frágil, dependente, como se fosse um peso para a população. Já na perspectiva positiva, o envelhecimento pode ser visto como uma conquista social. Ter mais idade com saúde mostra que a sociedade já melhorou em vários aspectos, além do idoso ser um contribuinte para a própria sociedade (contribui com a renda, ajuda filhos e netos, promovendo uma intermediação familiar). O Coordenador afirmou, ainda, que a população idosa sempre suporta um duplo preconceito: Idoso + Deficiência, Idoso + LGBTQIA+ e Idoso + População em situação de rua e etc. **Renato Cintra** declarou que, como poder público, existem muitas dificuldades. Pensar a população idosa na cidade poderia envolver questões relacionadas à moradia, renda, saúde, trabalho, mas é importante ter outros olhares também, sem deixar de lado aspectos ligados à deficiência, população em situação de rua e LGBTQIA+. Comentou sobre a ausência de dados mais atualizados para a construção de políticas públicas. Em seguida, apresentou a proposta de construção de um projeto para políticas públicas que vem sendo discutida com o GT específico, em diferentes eixos:

. Eixo Saúde: Heteronormatividade e a cisnormatividade como norma; b) Invisibilidade social; c) Ocultas algumas morbidades específicas de cada sigla.

. Eixo Moradia: a) Falta de propostas inclusivas nas Instituições de Longa Permanência – ILPIs; b) Maior proporção de idosos LGBT+ vivendo sozinhos (?); c) Menor proporção de idosos LGBT+ nas ILPIs (?);

. Eixo Sociabilização: Rede de suporte deficiente nas situações emergências; b) Falta de preparo para o acolhimento;

. Eixo Trabalho e Renda: a) Empobrecimento da população LGBTQIA+; b) Empregos precarizados; c) Dificuldade na aposentadoria;

Por fim, comentou sobre os **desafios** a serem enfrentados: 1) Estar na Agenda; 2) Dados estatísticos (Censo de 2030); 3) Construção + atividades, ações e políticas públicas nos âmbitos municipais, estaduais e a nível Federal; 4) Contínuo combate à estigmatização e ao preconceito.

Encerrada a explanação, **Maria Enaura,** agradecendo a participação de todos, observou a relevância para o CMI do tema Diferentes Velhices para as políticas públicas, tanto que foi incluído no planejamento da gestão e abriu a reunião para considerações e questionamentos.

. A conselheira **Ana Rosa Costa,** representante da Zona Sul, observou que há pelo menos 10 (dez) anos não se tem política pública nesse país. Contou uma ocorrência de alguns anos atrás, quando fazia parte do Conselho de Saúde. Havia um evento prestes a acontecer, à época, e avisaram que algumas pessoas com deficiência iriam participar, mas foram impossibilitados de ir. Comentou que ficou cadeirante por 6 (seis) meses e viu todas as dificuldades com questões de transporte e previdência. Que é necessário para todos, inclusive LGBTQIA+, políticas públicas.

. **Ruth Altamirano,** conselheira da zona Norte, afirmou que tem pouca informação sobre as conferências e onde as pessoas podem ir para falar sobre o que acontece em São Paulo. Afirmou que é preciso ter políticas públicas em Educação, Cultura e em todas as áreas em São Paulo.

. **Olga Quiroga** afirmou que as pessoas que trabalham com idosos têm que concretizar as políticas públicas direito e afirmou que os idosos não sabem que têm direitos.

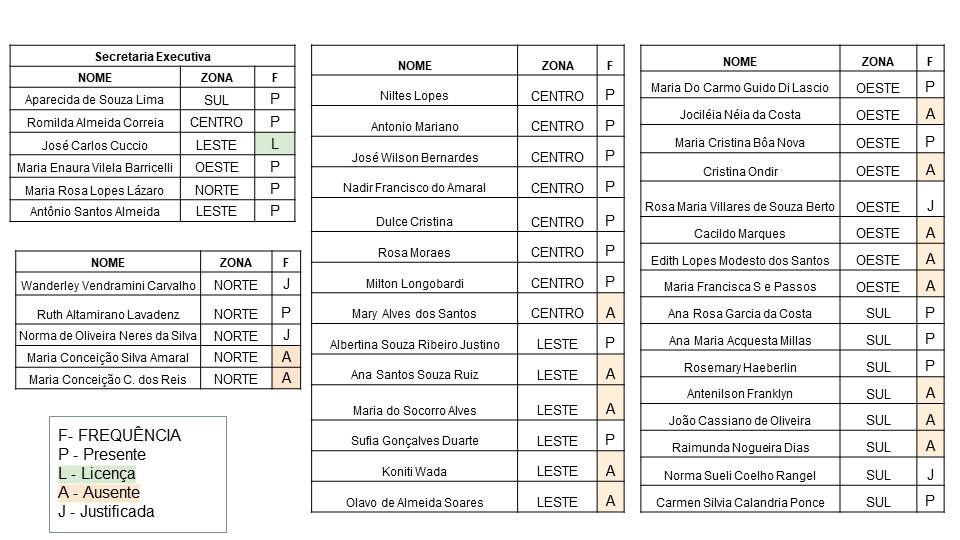
Passando para o tópico de avisos:

. O conselheiro **Nadir Amaral,** representante do Centro,fez um convite sobre a Pré-Conferência da Saúde, focando na Pessoa Idosa, que deverá acontecer no dia 03 de março de 2023, no Polo Cultural contando com a participação de todos.

. **Maria Enaura** compartilhou que para a próxima Assembleia Geral, está prevista a apresentação do FMID/ projetos financiados pelos editais anteriores, com o acionamento da apresentação pelo COAT.

. A presidente do CMI, **Cida Portela** agradeceu a todos (as) os (as) conselheiros (as) presentes e às pessoas que acompanharam a Assembleia de forma online, solicitando aos presentes que subissem ao palco para o registro através de uma foto, e encerrou a reunião.

Participara da reunião os (as) seguintes Conselheiros (as):



Estiveram presentes os Representantes de Governo dispostos a seguir:

